SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT BRASIL CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX n° 5901 – 21 setembro de 2018

Justiça do Trabalho obriga Bradesco a emitir CAT

A Juíza Érica Escarassatte, da 12ª Vara do Trabalho de Campinas, condenou o Bradesco a emitir Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) solicitada pelo funcionário mediante atestado médico, independente da existência de nexo causal, ao julgar ação civil pública ingressada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em conjunto com o Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. Caso o Bradesco não regularize a emissão de CAT no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação da sentença (10 de setembro), ocasionará multa diária de R$ 5 mil por trabalhador bancário "em situação irregular".

Além de obrigar o Bradesco a cumprir a legislação e aplicar multa em caso de desrespeito à sentença, a juíza Érica Escarassatte determinou o "pagamento de indenização pelo dano moral coletivo, no valor de R$ 1 milhão", a ser revertida à uma entidade indicada pelo MPT.

Para juíza da 12ª Vara do Trabalho de Campinas, o valor da indenização revela-se "satisfatório para demonstrar repúdio às condutas adotadas pela instituição bancária, em particular, e sinalizar, para todo o seguimento econômico a que pertence, a reprovabilidade da adoção de medidas de gestão empresarial comprometedoras da higidez física e mental dos empregados da empresa, porquanto violadoras de direito fundamental e indisponível do trabalhador (arts. 1º, III, e 7º, XXII, da CF/88)". A decisão da juíza não é final. O Bradesco poderá ingressar recurso em outras instâncias da Justiça do Trabalho.

Brasil está em queda livre

Desde que o golpe jurídico-midiático-parlamentar começou a ser construído, o Brasil desce ladeira e a população carente é quem mais sente. Os indicadores sociais, que até 2015 apresentavam melhoras, despencaram, colocando 6,27 milhões de pessoas de volta à pobreza.

O país tem atualmente 23,3 milhões de famílias abaixo da linha da pobreza, com renda mensal de R$ 233,00, ou seja, na miséria absoluta. O aumento da taxa de desemprego ajuda a escancarar o retrocesso. Quase 13 milhões estão sem trabalho. Entre os países da América Latina, apenas o Haiti está em situação pior do que a do Brasil no quesito emprego.

A política de austeridade não poupa nem a saúde. O SUS (Sistema Único de Saúde) está sendo desmontado em benefício às empresas de assistência médica. A educação também teve investimentos cortados e programas importantes acabaram ou reduziram. É o caso do Ciência Sem Fronteiras, extinto pelo governo.

A política neoliberal tem reflexo ainda no resultado do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O Brasil ocupa a 79ª posição entre os 189 países da Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Bancos públicos: um elo que não pode partir

Defender os bancos públicos das investidas do capital privado deve ser garantia no plano de governo dos candidatos à presidência da República, à Câmara Federal e Senado. Mas, até o momento, apenas três presidenciáveis declararam a manutenção das estatais em um possível governo: Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (Psol). Os outros candidatos ignoram a importância das empresas públicas para o desenvolvimento do país. Também não dão a mínima para a opinião popular. Quase 70% dos brasileiros vêem mais prejuízos do que benefícios nas privatizações, afirma levantamento Datafolha.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), os valores desembolsados pela Caixa para financiamento habitacional do Minha Casa Minha Vida durante o governo Temer caíram 83%, passando de R$ 20,7 bilhões, em 2015, para R$ 3,6 bilhões no ano passado. Para 2018, os valores efetivamente pagos até o momento somam apenas R$ 400 milhões. Não proteger a Caixa é esquecer dos pobres.